

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	292.083	292.609
1.01	Ativo Circulante	1.035	125
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.029	125
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6	0
1.01.08.03	Outros	6	0
1.02	Ativo Não Circulante	291.048	292.484
1.02.02	Investimentos	291.029	292.463
1.02.02.01	Participações Societárias	291.029	292.463
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	291.029	292.463
1.02.03	Imobilizado	19	21
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19	21

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	292.083	292.609
2.01	Passivo Circulante	1.354.116	920.541
2.01.02	Fornecedores	8	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	28	14
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28	9
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5	9
2.01.03.01.02	Outros	23	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	5
2.01.05	Outras Obrigações	1.688	6.576
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.667	6.575
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.667	6.575
2.01.05.02	Outros	21	1
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	21	1
2.01.06	Provisões	1.352.392	913.951
2.01.06.02	Outras Provisões	1.352.392	913.951
2.01.06.02.04	Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	1.352.392	913.951
2.02	Passivo Não Circulante	30	453
2.02.04	Provisões	30	453
2.02.04.02	Outras Provisões	30	453
2.03	Patrimônio Líquido	-1.062.063	-628.385
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.02	Reservas de Capital	10.545	3.275
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.545	3.275
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.046.372	-1.605.424

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-320.924	-440.860	-103.832	-479.197
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71	-985	-363	-1.643
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-320.951	-438.441	-104.056	-381.579
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	98	-1.434	587	-95.975
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-320.924	-440.860	-103.832	-479.197
3.06	Resultado Financeiro	468	-88	-263	-803
3.06.01	Receitas Financeiras	4	4	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	464	-92	-263	-803
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-9,77800	-13,45400	-3,17560	-14,64300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-9,77800	-13,45400	-3,17560	-14,64300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.366	-1.677
6.01.01	Pagamento de Fornecedores	-1.005	-836
6.01.02	Pagamento de Salários e Encargos	-293	-794
6.01.03	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Adm.	-41	-16
6.01.04	Pagamento de Tributos	-27	-31
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.000	-137
6.02.01	Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	-5.000	-33
6.02.02	Investimentos em Participações Societárias	0	-104
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.270	1.936
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	7.270	2.009
6.03.02	Resgate de Ações em Tesouraria	0	-73
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	904	122
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	125	16
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.029	138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	3.275	0	-1.605.424	0	-628.385
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	3.275	0	-1.605.424	0	-628.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-440.948	0	-440.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-440.948	0	-440.948
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.270	0	0	0	7.270
5.06.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	7.270	0	0	0	7.270
5.07	Saldos Finais	973.764	10.545	0	-2.046.372	0	-1.062.063

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.850	1.017	0	-821.279	0	153.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.850	1.017	0	-821.279	0	153.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-480.000	0	-480.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-480.000	0	-480.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-86	2.009	0	0	0	1.923
5.06.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	2.009	0	0	0	2.009
5.06.05	Redução de Capital	-86	0	0	0	0	-86
5.07	Saldos Finais	973.764	3.026	0	-1.301.279	0	-324.489

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	-438.441	-381.579
7.01.02	Outras Receitas	-438.441	-381.579
7.01.02.01	Provisão para Desvalorização das Participações Societárias Permanentes	-438.441	-381.579
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-991	-695
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-956	-677
7.02.04	Outros	-35	-18
7.03	Valor Adicionado Bruto	-439.432	-382.274
7.04	Retenções	372	-41
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.04.02	Outras	374	-39
7.04.02.01	Provisões Operacionais	374	-39
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-439.060	-382.315
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.430	-95.975
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.434	-95.975
7.06.02	Receitas Financeiras	4	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-440.490	-478.290
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-440.490	-478.290
7.08.01	Pessoal	292	831
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	74	76
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92	803
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-440.948	-480.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-440.948	-480.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	6.670.824	6.266.517
1.01	Ativo Circulante	1.030.287	1.329.893
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.640	53.376
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.969	57.197
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	52.969	57.197
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	52.969	57.197
1.01.03	Contas a Receber	839.896	1.139.473
1.01.03.01	Clientes	675.190	572.653
1.01.03.01.01	Consumidores	801.164	671.569
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-125.974	-98.916
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	164.706	566.820
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	61.072	60.091
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Estado de Goiás	17.055	17.045
1.01.03.02.03	Devedores Diversos	26.966	128.087
1.01.03.02.04	Outros	59.613	361.597
1.01.04	Estoques	33.310	26.960
1.01.04.01	Estoques	33.310	26.960
1.01.07	Despesas Antecipadas	124	157
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	124	157
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.348	52.730
1.01.08.03	Outros	52.348	52.730
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	21	18
1.01.08.03.02	Serviços em Curso	52.327	52.712
1.02	Ativo Não Circulante	5.640.537	4.936.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.771.262	4.005.348
1.02.01.03	Contas a Receber	310.689	307.253
1.02.01.03.01	Clientes	310.689	307.253
1.02.01.06	Tributos Diferidos	509.098	481.132
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais	509.098	481.132
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.951.475	3.216.963
1.02.01.09.03	Contas a Receber - Estado de Goiás	2.185.647	1.924.942
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	1.280.362	1.242.299
1.02.01.09.05	Devedores Diversos	127.789	13.862
1.02.01.09.06	Bens e Direitos Destinados a Alienação	1.814	1.814
1.02.01.09.07	Outros	355.863	34.046
1.02.02	Investimentos	13.156	9.038
1.02.02.01	Participações Societárias	8	6
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8	6
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.148	9.032
1.02.02.02.01	Outros	13.148	9.032
1.02.03	Imobilizado	203.551	210.483
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	182.850	197.989
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	182.850	197.989
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.701	12.494
1.02.03.03.01	Ordens em Curso	20.701	12.494
1.02.04	Intangível	652.568	711.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.04.01	Intangíveis	652.568	711.755
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	652.568	711.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	6.670.824	6.266.517
2.01	Passivo Circulante	5.481.029	4.508.994
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.771	9.568
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.771	9.568
2.01.02	Fornecedores	1.783.043	1.449.972
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.783.043	1.449.972
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.421.540	1.023.779
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.701	31.294
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	32.701	31.294
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.388.839	992.485
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	474.254	544.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	474.254	544.604
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	457.715	529.820
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	16.539	14.784
2.01.05	Outras Obrigações	1.795.421	1.481.071
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.567	2.588
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.567	2.588
2.01.05.02	Outros	1.791.854	1.478.483
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.650.674	1.330.268
2.01.05.02.05	Credores Diversos - Consumidores	29.720	28.135
2.01.05.02.06	Outros Credores	111.460	120.080
2.02	Passivo Não Circulante	2.217.408	2.351.458
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	411.232	531.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	411.232	531.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	346.389	462.403
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.843	69.238
2.02.02	Outras Obrigações	848.865	913.451
2.02.02.02	Outros	848.865	913.451
2.02.02.02.03	Fornecedores	51.795	105.125
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	36.054	61.924
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares	751.233	736.628
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	9.783	9.774
2.02.03	Tributos Diferidos	547.241	511.545
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	547.241	511.545
2.02.04	Provisões	410.070	394.821
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	410.070	394.821
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	318.822	318.679
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.876	19.144
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	66.372	56.998
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.027.613	-593.935
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.02	Reservas de Capital	10.545	3.275
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.545	3.275
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.012.073	-1.605.424
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-34.299	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	34.450	34.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	564.555	1.645.015	596.875	1.642.975
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-531.161	-1.480.108	-503.556	-1.431.417
3.03	Resultado Bruto	33.394	164.907	93.319	211.558
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-88.070	-231.115	-107.958	-281.940
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.064	-215.021	-102.692	-269.729
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	618	1.909	601	2.053
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.624	-18.003	-5.867	-14.264
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.676	-66.208	-14.639	-70.382
3.06	Resultado Financeiro	-265.678	-374.467	-89.326	-409.383
3.06.01	Receitas Financeiras	110.009	435.345	193.860	348.660
3.06.02	Despesas Financeiras	-375.687	-809.812	-283.186	-758.043
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-320.354	-440.675	-103.965	-479.765
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102	-273	-130	-235
3.08.01	Corrente	-102	-273	-130	-235
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-9,77780	-13,45420	-3,17560	-14,64310

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-320.456	-440.948	-104.095	-480.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.480	34.299	15.712	45.184
4.02.01	Realização do Ajuste a Valor Patrimonial	18.910	51.969	23.805	68.460
4.02.02	Tributos sobre a Realização do Ajuste a Valor Patrimonial	-6.430	-17.670	-8.093	-23.276
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-307.976	-406.649	-88.383	-434.816
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-307.976	-406.649	-88.383	-434.816

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	338.611	340.640
6.01.01	Recebimento de Clientes	2.642.758	2.488.513
6.01.02	Pagamento de Fornecedores	-1.242.140	-1.062.680
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-204.985	-200.281
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Administrativas	-142.504	-105.976
6.01.05	Pagamento de Tributos	-724.544	-795.687
6.01.06	Resultado Financeiro	9.467	16.751
6.01.07	Recebimento de Dividendos	559	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.296	-104.523
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-10.299	-104.523
6.02.02	Outros	3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-334.279	-187.301
6.03.01	Resultado não Operacional Líquido	-2.160	-2.185
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000	200.679
6.03.03	Pagamento de Serviço da Dívida	-358.970	-388.342
6.03.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	7.270	2.009
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-419	0
6.03.06	Integralização de Capital	0	611
6.03.07	Resgate de Ações em Tesouraria	0	-73
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.964	48.816
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.573	79.658
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	104.609	128.474

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	3.275	0	-1.605.424	0	-628.385	34.450	-593.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	3.275	0	-1.605.424	0	-628.385	34.450	-593.935
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-406.649	-34.299	-440.948	0	-440.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-440.948	0	-440.948	0	-440.948
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.299	-34.299	0	0	0
5.05.02.06	Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	51.969	-51.969	0	0	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	-17.670	17.670	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.270	0	0	0	7.270	0	7.270
5.06.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	7.270	0	0	0	7.270	0	7.270
5.07	Saldos Finais	973.764	10.545	0	-2.012.073	-34.299	-1.062.063	34.450	-1.027.613

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.850	1.017	0	-821.279	0	153.588	34.450	188.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.850	1.017	0	-821.279	0	153.588	34.450	188.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-86	0	0	0	0	-86	0	-86
5.04.08	Redução de Capital	-86	0	0	0	0	-86	0	-86
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-434.816	-45.184	-480.000	0	-480.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-480.000	0	-480.000	0	-480.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	45.184	-45.184	0	0	0
5.05.02.06	Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	68.460	-68.460	0	0	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização de Ajuste a Valor Patrimonial	0	0	0	-23.276	23.276	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.009	0	0	0	2.009	0	2.009
5.06.04	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	2.009	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	973.764	3.026	0	-1.256.095	-45.184	-324.489	34.450	-290.039

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.700.843	2.581.198
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.720.597	2.575.155
7.01.02	Outras Receitas	-16.094	-12.211
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.610	23.676
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-27.270	-5.422
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.230.300	-1.185.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-929.306	-846.931
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-257.096	-261.340
7.02.04	Outros	-43.898	-76.803
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.470.543	1.396.124
7.04	Retenções	-93.298	-132.548
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.672	-132.509
7.04.02	Outras	374	-39
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.377.245	1.263.576
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	435.345	354.113
7.06.02	Receitas Financeiras	435.345	354.113
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.812.590	1.617.689
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.812.590	1.617.689
7.08.01	Pessoal	229.568	219.959
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.213.885	1.111.769
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	810.085	765.961
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-440.948	-480.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-440.948	-480.000

Comentário do Desempenho

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	30/09/2010	30/09/2011	Variação 30/09/2011 - 30/09/2010
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	1.526	1.283	-15,92%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(1.643)	(985)	-40,05%
EBITDA (R\$ mil)	(1.645)	(987)	-40,00%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(480.000)	(440.948)	-8,14%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2010	30/09/2011	Variação 30/09/2011 - 31/12/2010
Liquidez Seca	0,00014	0,00076	462,88%
Liquidez Corrente	0,00014	0,00076	462,88%
Ativo Total - (R\$ mil)	292.609	292.083	-0,18%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	920.994	1.354.146	47,03%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(628.385)	(1.062.063)	69,01%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009.

A Controladora iniciou a utilização destes recursos a partir de fevereiro de 2008, sendo que os valores estão devidamente reconhecidos no patrimônio das duas empresas e os saldos devidamente eliminados no processo de consolidação.

A partir de 30/06/2009 até 30/09/2011, por intermédio do acionista controlador, no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC:

Comentário do Desempenho

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
TOTAL	10.545

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2010 até 30/09/2011, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se refere à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D.

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

NÚMERO DE CONSUMIDORES

CLASSES	set/11	set/10	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	1.971.099	1.880.862	90.237	4,80%
Industrial	10.815	10.784	31	0,29%
Comercial	216.402	214.347	2.055	0,96%
Rural	166.207	163.139	3.068	1,88%
Poderes Públicos	16.232	15.734	498	3,17%
Iluminação Pública	617	571	46	8,06%
Serviços Públicos	2.007	1.948	59	3,03%
Consumo Próprio	286	304	(18)	-5,92%
Total	2.383.665	2.287.689	95.976	4,20%
Suprimento	2	2	-	0,00%
TOTAL	2.383.667	2.287.691	95.976	4,20%

O total de consumidores atendidos pela Controladora e suas Controladas até o terceiro trimestre de 2011 teve um aumento de 4,20% em comparação com o período findo em

Comentário do Desempenho

30/09/2010. Tal variação corresponde ao acréscimo de 95.976 novos consumidores, dos quais 90.237 são residenciais, 2.055 são comerciais e 3.068 são rurais, atingindo, em setembro/2011, o total de 2.383.667 consumidores. Em média foram ligados 7.998 novos consumidores por mês durante o período correspondente entre setembro/2010 e setembro/2011.

CONSUMO FATURADO – MWh

CLASSES	JAN-SET/2011	JAN-SET/2010	ACRÉSCIMO	VARIAÇÃO
Residencial	2.563.516	2.422.210	141.306	5,83%
Industrial	1.523.388	1.483.141	40.247	2,71%
Comercial	1.467.008	1.367.070	99.938	7,31%
Rural	888.515	884.263	4.252	0,48%
Poderes Públicos	266.683	256.829	9.854	3,84%
Iluminação Pública	382.420	374.863	7.557	2,02%
Serviços Públicos	253.054	247.870	5.184	2,09%
Consumo Próprio	5.226	5.326	(100)	-1,88%
Total	7.349.810	7.041.572	308.238	4,38%
Suprimento	171.830	170.803	1.027	0,60%
TOTAL	7.521.640	7.212.375	309.265	4,29%

Até o terceiro trimestre de 2011 o consumo faturado pela Controladora e suas Controladas teve um aumento de 4,29% em relação terceiro trimestre do ano de 2010, que corresponde a 309.265 MWh faturados a mais.

II – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Comentário do Desempenho

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	30/09/2010	30/09/2011	Variação 30/09/2011 - 30/09/2010
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	2.710.624	2.817.647	3,95%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	1.642.975	1.645.015	0,12%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	507.825	518.516	2,11%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(58.171)	(50.114)	-13,85%
EBITDA (R\$ mil)	74.338	43.558	-41,41%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(480.000)	(440.948)	-8,14%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-3,54%	-3,05%	-13,96%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	4,52%	2,65%	-41,48%
Margem Líquida - LL/ROL (%)	-29,22%	-26,81%	-8,25%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2010	30/09/2011	Variação 30/09/2011 - 31/12/2010
Liquidez Seca	0,28896	0,18190	-37,05%
Liquidez Corrente	0,29494	0,18797	-36,27%
Ativo Total - (R\$ mil)	6.266.517	6.670.824	6,45%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	6.860.452	7.698.437	12,21%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(593.935)	(1.027.613)	73,02%

De maneira geral, verifica-se que a Controladora e suas Controladas apresentam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante.

A situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Controlada Celg Distribuição S.A. – Celg D, acarretou alteração nos cálculos dos seguintes indicadores:

- 1) Resultado do Serviço – EBIT, que apresentou melhora em função da diminuição nos custos e despesas operacionais administráveis;
- 2) Geração de Caixa Operacional – EBITDA, que apresentou decréscimo em função da diminuição dos valores residuais do ativo remunerável pela depreciação;
- 3) Prejuízo Líquido Consolidado: especificamente no que concerne ao Resultado Financeiro até o terceiro trimestre do ano de 2011 da Controlada Celg D.

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – Contexto operacional da Controladora**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades controladas:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	100 %
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Controlada CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é a Companhia CELG de Participações - CELGP.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Controlada detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.357.300 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Controlada e o acionista controlador, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos.

A ANEEL editou em 8 de setembro de 2010 a Resolução Homologatória nº 1.056, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 11,34% (onze vírgula trinta e quatro por cento). Em função da sua condição de inadimplência diante das obrigações intrassetoriais não estão sendo aplicados os ajustes tarifários em conformidade com a legislação do setor elétrico.

Com o objetivo de garantir a continuidade operacional da controlada, a atual administração estruturou e aprovou um Plano de Reestruturação da Celg D contemplando a execução integrada das etapas do Planejamento Estratégico, do Programa de Investimentos e do Plano de Reestruturação Financeira, conforme descrição resumida a seguir:

Notas Explicativas

1. Planejamento Estratégico

Visando à implementação de pressupostos de governança corporativa, a atual administração aprovou o Planejamento Estratégico 2011-2015 no âmbito dos objetivos, das metas e da gestão, fixando inclusive as metas de redução dos gastos operacionais, tomando como parâmetro os custos regulatórios, com previsão ao enquadramento à Empresa de Referência até 2014.

2. Programa de investimentos no sistema

O Programa de Investimentos da controlada CELG D para o período 2011-2020 prevê investimentos da ordem de R\$ 250 milhões anuais, visando o atendimento ao crescimento de mercado e o cumprimento das determinações e Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST – Módulo 8 – Metas de Continuidade.

3. Plano de reestruturação financeira

Sob a ótica da busca do equilíbrio econômico-financeiro da controlada, a atual administração, juntamente com o acionista majoritário, atua no sentido da negociação e/ou a liquidação dos passivos onerosos, a regularização dos débitos intrassetoriais e a aplicação do reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás - CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui três usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Essas concessões são as seguintes:

Notas Explicativas

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos	Rio São Domingos (a)	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					16,360	16,360

a – Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela Administração da Celg GT, aguardando o posicionamento do órgão regulador.

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica	Goiás	63/2001	07/07/1995	07/07/2015	1.989

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As informações trimestrais individuais da Controladora e de suas Controladas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, e as informações trimestrais intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 do IASB, sendo essa apresentação condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.
- II. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e suas Controladas são as seguintes:
 - a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das informações trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e suas controladas foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pelo CPC 36 – R1 (Demonstrações Consolidadas - IAS 27).

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir das informações trimestrais individuais das companhias mencionadas na Nota Explicativa nº 1, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das informações trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e de demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme a todas as empresas incluídas no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e a sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas demonstrações consolidadas, os saldos entre as empresas inseridas no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos nas controladas são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações consolidadas os saldos dos investimentos foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido de cada controlada;
- a.3. As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da controlada Celg GT e de sua controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou.

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e suas Controladas consideram como disponibilidades o saldo de caixa, os depósitos em bancos e as aplicações de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras das Controladas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data do balanço.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, o uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e, ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos

Notas Explicativas

créditos a receber das Controladas. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada no ativo financeiro com bens da concessão da distribuição, alocada na Controlada Celg D, é remunerada por meio do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento, remuneração essa cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Eventuais diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Controlada Celg D, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Na Controlada Celg GT foi estimado o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, sendo os efeitos de quaisquer mudanças posteriores tratados de forma prospectiva em suas informações trimestrais.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e CPC 18 (Investimento em Coligada e em Controlada – IAS 28).

Notas Explicativas

Conforme disposto no CPC 43 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), as informações trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às informações trimestrais individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece esse tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue no lugar das informações trimestrais individuais demonstrações consolidadas. O IASB admite as demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a essas demonstrações o nome de demonstrações separadas, tornando-as diferentes das demonstrações individuais. Apesar disto, a legislação societária brasileira exige a apresentação das demonstrações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas demonstrações individuais e consolidadas por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita no CPC 43 R1 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, não sendo feita a apresentação das informações trimestrais separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar e controladas, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Estes foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição - VNR e são remunerados por empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e das revisões tarifárias.

k. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias, para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis, ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por *impairment*, quando aplicável.

A controlada Celg D entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal aspecto está embasado pela metodologia de avaliação da Base Remuneratória Regulatória - BRR utilizada para cálculo da amortização, a qual é totalmente recuperada.

Notas Explicativas

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das informações trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e controladas. Neste sentido e por conta das orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 30 de setembro de 2011 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia e suas Controladas são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para a determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº 600/2009.

p. Apuração de Resultado

Notas Explicativas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), pelas receitas de construção e/ou por outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, sendo calculada em bases estimativas até a data de 30 de setembro de 2011.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado de capital regulatório (WACC regulatório) - 15,08% ao ano antes dos impostos, e 9,95% após os impostos), sendo essa receita incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento da receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem de lucro zero na controlada Celg D. As despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência.

q. Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais da Celgpar e controladas requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, das despesas, dos ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Informações Trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e as respectivas contas a receber;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

Notas Explicativas

- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na controlada Celg D, o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores desses grupos de contas nas Informações Trimestrais, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

2.1 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AO IFRS

Com relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Informações Trimestrais Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Celgpar evidencia abaixo os efeitos no resultado com a respectiva reconciliação da Demonstração de Resultado, referente à rerepresentação do trimestre findo em 30 de setembro de 2010:

Demonstração do Resultado do Trimestre findo em 30 de setembro de 2010
(reapresentada):

Notas Explicativas

	30/09/2010 CELGP	30/09/2010 CELGP	30/09/2010 CELGP	30/09/2010 CELGP CONSOLIDADO REAPRESENTADO	AJUSTES CONSOLIDADO
		REAPRESENTADO	CONSOLIDADO		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	1.490.575	1.642.975	152.400
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(633.136)	(730.320)	(97.184)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	(65.898)	(116.611)	(50.713)
	-	-	(699.034)	(846.931)	(147.897)
CUSTO OPERACIONAL					
Pessoal e Administradores	-	-	(110.966)	(110.975)	(9)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(3.666)	(3.666)	-
Materiais	-	-	(3.010)	(3.010)	-
Serviço de Terceiros	-	-	(193.983)	(194.730)	(747)
Depreciação/Amortização	-	-	(124.447)	(125.296)	(849)
Utilização do Bem Público	-	-	-	(169)	(169)
Tributos	-	-	(436)	(436)	-
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.422)	(5.422)	-
Taxa de Fiscalização	-	-	(2.615)	(2.630)	(15)
Recuperação de Despesas	-	-	5.848	5.099	(749)
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	-	-	(155)	(312)	(157)
Custo de Construção	-	-	-	(135.469)	(135.469)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(166)	(166)	-
Outros	-	-	(7.003)	(7.304)	(301)
	-	-	(446.021)	(584.486)	(138.465)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	345.520	211.558	(133.962)
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	(1.643)	(1.643)	(268.845)	(269.729)	(884)
Pessoal e Administradores	(797)	(797)	(113.642)	(113.943)	(301)
Entidade de Previdência Privada	(34)	(34)	(4.139)	(4.139)	-
Materiais	(1)	(1)	(2.378)	(2.378)	-
Serviços de Terceiros	(676)	(676)	(61.149)	(61.220)	(71)
Depreciação/Amortização	(2)	(2)	(6.779)	(7.213)	(434)
Tributos	(76)	(76)	(4.221)	(4.239)	(18)
Provisões	(39)	(39)	(72.643)	(72.643)	-
Recuperação de Despesas	-	-	2.506	2.506	-
Outras	(18)	(18)	(6.400)	(6.460)	(60)
	(1.643)	(1.643)	76.675	(58.171)	(134.846)
RESULTADO DO SERVIÇO					
RECEITAS FINANCEIRAS					
Rendas	-	-	44.316	44.459	143
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	322.988	293.803	(29.185)
Outras	-	-	10.398	10.398	-
	-	-	377.702	348.660	(29.042)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Dívidas	(466)	(466)	(598.224)	(600.224)	(2.000)
Variações Monetárias e Cambiais	(332)	(332)	(163.752)	(145.676)	18.076
Outras	(5)	(5)	(11.724)	(12.143)	(419)
	(803)	(803)	(773.700)	(758.043)	15.657
RESULTADO FINANCEIRO	(803)	(803)	(395.998)	(409.383)	(13.385)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(95.975)	(95.975)	1.716	-	(1.716)
RESULTADO OPERACIONAL	(98.421)	(98.421)	(317.607)	(467.554)	(149.947)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	2.269	2.269	-
(-) DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS					
PIS	-	-	(38)	(38)	-
COFINS	-	-	(178)	(178)	-
	-	-	(216)	(216)	-
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS	-	-	2.053	2.053	-
OUTRAS DESPESAS	(231.402)	(381.579)	(14.264)	(14.264)	-
PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	(329.823)	(480.000)	(329.818)	(479.765)	(149.947)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA					
(-) Contribuição Social	-	-	(2)	(85)	(83)
(-) Imposto de Renda	-	-	(3)	(150)	(147)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(329.823)	(480.000)	(329.823)	(480.000)	(150.177)
PREJUÍZO POR AÇÃO	(10.064)	(14,643)	(10,062)	(14,643)	

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 30 de setembro de 2011 corresponde às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em condições e em taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e suas Controladas, conforme abaixo representado:

Notas Explicativas

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários à vista	29	125	51.640	53.069
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
- Aplicações - resgate automático	1.000	-	1.000	-
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	51.188	25.116
- Fundos de Investimento	-	-	781	32.388
TOTAL	1.029	125	104.609	110.573

NOTA 4 – CONSUMIDORES

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores				
- Faturados	-	-	506.085	424.777
- Não Faturados	-	-	86.198	76.380
- Acréscimos Moratórios	-	-	92.739	62.998
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação	-	-	909	909
- Encargos Capacidade Emergencial	0	-	656	663
- Parcelamentos	-	-	90.118	82.317
- Contribuição Iluminação Pública - CIP	-	-	12.958	12.414
- Outros Créditos	-	-	6.196	5.829
Total	-	-	795.859	666.287
Concessionárias				
- Suprimento	-	-	2.976	2.931
- Variação e Acréscimos Moratórios	-	-	438	438
Total	-	-	3.414	3.369
Comercialização no âmbito do CCEE				
- Energia Curto Prazo	-	-	1.890	1.904
Total	-	-	1.890	1.904
Outras Rendas				
- Outras Rendas	-	-	1	9
Total	-	-	1	9
TOTAL CIRCULANTE	-	-	801.164	671.569
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores				
- Prefeituras	-	-	310.689	307.253
Total	-	-	310.689	307.253
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	310.689	307.253
TOTAL CONSUMIDORES	-	-	1.111.853	978.822

Composição do Contas a Receber:

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	30/09/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 30/09/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 30/09/2011	SALDO 30/09/2011
Residencial	92.005	40.723	18.161	150.889	20.441	130.448
Industrial	50.332	10.481	29.911	90.724	7.148	83.576
Com./ Serv./ Outras Atividades	46.553	12.981	24.401	83.935	14.906	69.029
Rural	19.936	7.278	8.561	35.775	1.709	34.066
Poderes Públicos						
- Federal	6.098	2.852	25.351	34.301	-	34.301
- Estadual	2.867	35	295	3.197	-	3.197
- Municipal	7.048	3.468	22.331	32.847	334	32.513
Iluminação Pública	0	11.570	1.416	22.171	4.317	30.840
Serviço Público	13.830	14.517	10.913	39.260	77	39.183
PDD s/outros Créditos	-	-	-	-	-	-
SUB TOTAL	250.239	93.751	162.095	506.085	48.932	457.153
Não Faturado	86.198	-	-	86.198	-	86.198
Variação/Acréc. Moratórios	92.739	-	-	92.739	-	92.739
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	909	-	-	909	-	909
Encargo Cap. Emergencial	656	-	-	656	514	142
Parcelamentos	68.798	3.552	17.768	90.118	33.901	56.217
Contr. Iluminação Pública	7.368	3.521	2.069	12.958	-	12.958
Outros Créditos	6.196	-	-	6.196	42.347	(36.151)
SUB TOTAL	262.864	7.073	19.837	289.774	76.762	213.012
TOTAL CONSUMIDORES	513.103	100.824	181.932	795.859	125.694	670.165
Concessionárias						
Suprimento	2.976	-	-	2.976	-	2.976
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Outras Rendas	1	-	-	1	-	1
Variação/Acréc. Moratórios	438	-	-	438	280	158
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	5.305	-	-	5.305	280	5.025
TOTAL DO CIRCULANTE	518.408	100.824	181.932	801.164	125.974	675.190
Parcelamento-Poder Público	-	-	310.689	310.689	-	310.689
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	310.689	310.689	-	310.689
TOTAL CONSUMIDORES	518.408	100.824	492.621	1.111.853	125.974	985.879

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2010					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2010	PROV. P/CRÉD. LIQ. DUVID. 31/12/2010	SALDO 31/12/2010
Residencial	76.913	37.392	15.790	130.095	17.525	112.570
Industrial	39.611	9.056	26.593	75.260	7.914	67.346
Com./ Serv./ Outras Atividades	38.534	13.944	21.728	74.206	12.786	61.420
Rural	11.273	6.482	7.814	25.569	1.843	23.726
Poderes Públicos						
- Federal	2.889	504	247	3.640	-	3.640
- Estadual	6.242	5.758	22.469	34.469	-	34.469
- Municipal	6.493	3.406	16.081	25.980	307	25.673
Iluminação Pública	0	11.188	2.381	19.986	4.551	29.004
Serviço Público		13.412	6.987	22.003	69	21.934
PDD s/outras Créditos		-	-	-	-	-
SUB TOTAL	206.555	85.910	132.312	424.777	44.995	379.782
Não Faturado	76.380	-	-	76.380	-	76.380
Variação/Acrésc. Moratórios	62.998	-	-	62.998	-	62.998
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	909	-	-	909	-	909
Encargo Cap. Emergencial	663	-	-	663	513	150
Parcelamentos	63.948	2.474	15.895	82.317	31.882	50.435
Contr. Iluminação Pública	7.740	3.029	1.645	12.414	-	12.414
Outros Créditos	5.829	-	-	5.829	21.276	(15.447)
SUB TOTAL	218.467	5.503	17.540	241.510	53.671	187.839
TOTAL CONSUMIDORES	425.022	91.413	149.852	666.287	98.666	567.621
Concessionárias						
Suprimento	2.931	-	-	2.931	-	2.931
Energia Curto Prazo	1.904	-	-	1.904	-	1.904
Outras Rendas	9	-	-	9	-	9
Variação/Acrésc. Moratórios	438	-	-	438	250	188
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	5.282	-	-	5.282	250	5.032
TOTAL DO CIRCULANTE	430.304	91.413	149.852	671.569	98.916	572.653
Parcelamento-Poder Público	-	-	307.253	307.253	-	307.253
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	307.253	307.253	-	307.253
TOTAL CONSUMIDORES	430.304	91.413	457.105	978.822	98.916	879.906

a. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

a.1 Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Essa análise individual também é feita sobre os valores a receber de entidades governamentais estaduais e municipais relativos a fornecimento normal, saldos de parcelamentos e valores consolidados de confissões de dívidas.

a.2 Para os demais casos

- Consumidores residenciais - vencidos há menos e mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais e outros - vencidos há mais de 360 dias.

a. Nos três primeiros trimestres de 2011 foi baixado do saldo de contas a receber da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D o montante de R\$ 213,

Notas Explicativas

decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para o recebimento foram substancialmente aplicados e a concessionária não obteve sucesso.

- b. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pelas Controladas.
- c. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no terceiro trimestre de 2011:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
	CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2010	98.916
Baixa por perda no período	(213)
Reversão do período	(1.028)
Provisão no período	26.723
Provisão do Parcelamento	1.576
Saldo em 30 de setembro de 2011	125.974

- d. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e a existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	908	-	546	-
COFINS - Parecer Cosit nº 27 (a)	119	-	156	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	1.653	-	929	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	590	-	394	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27 (a)	26	-	34	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	358	-	201	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	1.882	-	601	-
INSS Convênio	30	-	73	-
ICMS Lei Complementar nº 102 (b)	-	88.249	77.113	13.790
ICMS Faturas Canceladas (c)	-	39.469	32.945	-
SUB-TOTAL	5.566	127.718	112.992	13.790
Fornecedores	306	-	133	-
Empregados	668	-	669	-
Outros	20.426	-	14.293	72
SUB-TOTAL	21.400	71	15.095	72
TOTAL GERAL	26.966	127.789	128.087	13.862

Notas Explicativas

- a) Em conformidade com a Coordenação Geral do Sistema de Tributação da Receita Federal do Brasil - COSIT e de Nota Técnica nº 554/2006 - SFF/ANEEL e em cumprimento ao que determina o Ofício Circular nº 2.775/2000/SFF/ANEEL, foram reconhecidos a partir de 9 de setembro de 2008 créditos de PIS/COFINS relativos ao período compreendido entre março de 2004 a novembro de 2008, correspondentes a materiais aplicados ou consumidos na atividade, encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, energia comprada de curto prazo - CCEE, energia adquirida - PROINFA, sendo esses créditos repassados aos consumidores;
- b) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisições de bens destinados ao uso da concessão;
- c) Refere-se a créditos de ICMS sobre Notas Fiscais de venda de energia elétrica, as quais foram canceladas;

NOTA 6 – SERVIÇOS EM CURSO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Serviços Próprios	1.218	1.448
Serviços Prestados a Terceiros (a)	51.107	51.262
Transf. Fabric. E Reparo de Materiais	2	2
TOTAL	52.327	52.712

- a) Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010		30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Consumidor Baixa Renda (a)	-	-	-	-	-	326.985	299.381	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	-	7.128	-	7.927	-
Cauções e Depósitos (b)	6	-	-	-	38.490	-	39.662	-
Eletrobrás	-	-	-	-	1.292	-	1.296	-
Funcionários a Disposição	-	-	-	-	1.688	-	1.645	-
Títulos e Valores Mobiliários (c)	-	-	-	-	5.209	26.300	6.516	23.375
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	-	-	-	-	5.806	-	5.170	8.089
Adiantamento a Fornecedor	-	-	-	-	21	-	18	-
TOTAL	6	-	-	-	59.634	353.285	361.615	31.464

- (a) Através da Lei nº 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores de baixa renda e, consequentemente, reduziu a receita das distribuidoras. Visando a recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, foi editada a Lei nº 10.604 normatizando a subvenção de igual valor pela Eletrobrás.

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica -

Notas Explicativas

ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Controlada Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Controlada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Controladora, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda classificada no Ativo Não Circulante está prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da Celgpar e Controlada Celg D, de modo que os créditos desta controlada serão utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobrás, cujos parâmetros encontram-se descritos na Nota Explicativa 36 – Eventos Subseqüentes. Desta forma, no volume de recursos captados pelo Estado de Goiás (Nota Explicativa 10 e 36), os créditos desta subvenção econômica já foram deduzidos do total efetivamente pactuado nesta captação, ou seja, foram considerados liquidados na efetivação da operação.

- (b) Refere-se às cauções e aos depósitos vinculados efetuados em garantia do cumprimento das obrigações, bem como em decorrência de disposição legal.
- (c) Refere-se às aplicações de capital em títulos de capitalização - CCBs (valor do Ativo Não Circulante).

NOTA 8 – ESTOQUES

Os estoques das controladas são compostos de materiais destinados à manutenção e à operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Estoque Total	33.310	26.960
TOTAL	33.310	26.960

NOTA 9 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em junho de 2001, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº. 2.198, instituindo o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e

Notas Explicativas

a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regulamentou os competentes registros contábeis, através da Resolução ANEEL nº 299, de 27 de julho de 2001. Obedecendo às normas editadas pela ANEEL, encontram-se registrados os seguintes valores na Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D:

- a. No Ativo Não Circulante, R\$ 19.600 mil referentes aos bônus pagos a consumidores residenciais;
- b. No Passivo Não Circulante, R\$ 997 mil relativos ao montante líquido do acréscimo à tarifa ANEEL.

Observa-se que a diferença entre os bônus pagos e os acréscimos à tarifa pendente de recebimento, totaliza R\$ 18.603 mil, diferença que a Controlada Celg D tem a receber remanescente do programa de racionamento. Nesse sentido, foi protocolada na ANEEL, dia 23 de março de 2007, a Carta PR-0453/07 solicitando o ressarcimento pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Em 15 de abril de 2009 foram indeferidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira os pleitos constantes da referida carta; no entanto, a Controlada, em 19 de março de 2010, solicitou o desarquivamento dos autos constantes do processo Aneel 48500.000051/02-16 considerando a existência de fatos novos. Diante dos fatos, decidiu-se constituir a provisão para perdas dos referidos créditos.

NOTA 10 – CONTAS A RECEBER - ESTADO DE GOIÁS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
Circulante – Lei nº 13.062/97 (a)	17.055	17.045
TOTAL - CIRCULANTE	17.055	17.045
Não Circulante – Parcelamento (b)	2.185.647	1.924.942
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	2.185.647	1.924.942

- (a) Lei nº 13.062/97, de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão da Controlada no exercício social de 2006.

- (b) Parcelamento

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 528, de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O total da dívida consolidada é de R\$ 1.016.770 mil (valor histórico), assim composto:

- a. R\$ 577.911 mil, referentes a valores do Segundo Termo Aditivo;

Notas Explicativas

- b. R\$ 165.670 mil, referentes à atualização do valor anterior efetuada até 29 de dezembro de 2005;
- c. R\$ 189.736 mil, referentes a débitos da Saneago - Saneamento de Goiás S.A.;
- d. R\$ 56.116 mil, referentes a fornecimento de energia elétrica a Órgãos Estaduais e despesas com pessoal à disposição do Estado;
- e. R\$ 13.706 mil, referem-se a obras sociais de interesse do Estado de Goiás realizadas pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D e; e
- f. R\$ 13.631 mil, referentes ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores participantes do Programa de Baixa Renda Estadual.

O saldo devedor desse Termo será atualizado anualmente com base na aplicação *pro rata temporis* da variação acumulada do IGPM dos 12 (doze) meses anteriores, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, e sobre o saldo incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata* dia contados a partir de 29 de dezembro de 2005. A taxa de juros poderá ser reduzida para 9% (nove por cento) ao ano, após 60 meses adimplentes. Na eventualidade da extinção do IGPM, esse será substituído pelo o que vier a ser adotado pelo agente regulador.

Aos valores consolidados foram prestadas as seguintes garantias: (a) eventuais dividendos a que o Estado tenha direito sobre os lucros da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D; (b) 10% da quota mensal do Fundo de Participação dos Estados - FPE e que o Estado de Goiás tenha direito; e (c) vinculação de até 41,08% das ações da Controlada possuídas pelo Estado, sem prejuízo de que as partes consideram este Termo de Encontro de Contas, título executivo extrajudicial na forma do artigo 585, II, combinado ao artigo 566 do Código de Processo Civil.

Em agosto de 2010, foi firmado com o Governo do Estado de Goiás o Termo de Novação de Dívida, no qual foi extinta a obrigação decorrente do quarto termo de encontro de contas, no total de R\$ 1.721.624 mil, criando-se uma nova obrigação para o saldo devedor de mesmo valor, mantida a cláusula de atualização monetária e juros.

Em 30 de setembro de 2010, a parcela da dívida anteriormente registrada no ativo circulante foi reclassificada para o ativo não circulante.

A quitação parcial das obrigações do Governo do Estado de Goiás com a Controlada Celg D ocorreu mediante a captação de operação de crédito interno do acionista majoritário, cujos parâmetros encontram-se descritos na Nota Explicativa 36 – Eventos Subseqüentes.

NOTA 11 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão de distribuição de energia elétrica, na controlada Celg D, e aos relacionados aos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão. Os referidos valores são classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da concessão.

Notas Explicativas

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	61.072	60.091
TOTAL CIRCULANTE	61.072	60.091
NÃO CIRCULANTE		
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Distribuição	1.076.325	1.034.188
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Geração e Transmissão	204.037	208.111
TOTAL NÃO CIRCULANTE	1.280.362	1.242.299

NOTA 12 – CRÉDITOS FISCAIS

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (Nota Explicativa nº 20).

São apresentados, a seguir, os montantes apurados pela Controlada Celg D:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	30/09/2011			31/12/2010		
	CSLL	IR	TOTAL	CSLL	IR	TOTAL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal líquido a utilizar	2.087.880	2.316.180		1.853.027	2.077.027	
(+) Adições Intertemporais – PCLD	178.722	178.722		151.694	151.694	
(+) Adições Intertemporais – Contingência	460.491	460.491		394.218	394.218	
(=) Base de cálculo	<u>2.727.093</u>	<u>2.955.393</u>		<u>2.398.939</u>	<u>2.622.939</u>	
	9%	25%		9%	25%	
Limite de Crédito Fiscal	245.438	738.848		215.905	655.735	
Crédito tributário – Não Circulante	201.011	308.087	509.098	195.197	285.935	481.132
Total Crédito Tributário	<u>201.011</u>	<u>308.087</u>	<u>509.098</u>	<u>195.197</u>	<u>285.935</u>	<u>481.132</u>

NOTA 13 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Bens e Direitos Destinados a Alienação	286	286
Terrenos e Edificações-Vila Operária de Cachoeira Dourada GO	1.525	1.525
Terreno - Cidade de Inhumas GO	3	3
TOTAL	1.814	1.814

Notas Explicativas

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participações em Controladas (a)	291.029	292.463	-	-
Outros Investimentos	-	-	21	21
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	-	-	2.889	2.865
Terrenos	-	-	5.789	2.733
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	682	682
Máquinas e Equipamentos	-	-	1.632	1.632
Participações Societárias Permanentes	-	-	8	6
Energética Corumbá III S/A - ECIII (b)	-	-	1.919	1.099
Energética Fazenda Velha	-	-	216	-
TOTAL	291.029	292.463	13.156	9.038

(a) Participações em Controladas

As principais informações sobre os investimentos em Controladas são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Capital Social da Controlada	390.419	390.419	321.125	321.125
Quantidade de Ações	32.780	32.780	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.317.942)	(879.501)	291.029	292.463
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(879.501)	(109.678)	292.463	303.739
Resultado da Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(438.441)	(769.823)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	(1.434)	(11.276)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	34.450	34.450	-	-
Valor Patrimonial do Investimento	-	-	291.029	292.463
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(1.352.392)	(913.951)	-	-

Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações em Controladas, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996. O saldo dessa conta é composto da seguinte forma em 30 de setembro de 2011: Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no total de R\$ 1.352.392 mil.

- (b) Em atendimento aos preceitos da Lei nº 11.941/2009 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos o Ativo Diferido referente à parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.

Outros Investimentos - Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, a operação, a manutenção e a exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

Notas Explicativas

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
	Geração CII S.A.	15,6%
	Energy Power Ltda.	2,9%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		100,0%

NOTA 15 – IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	30/09/2011		31/12/2010		30/09/2011		31/12/2010			
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:										
Intangíveis						26.992	20,00%	(17.629)	9.363	9.052
Reservatórios, Barragens e adutoras						63.817	2,00%	(11.426)	52.391	51.222
Terrenos						10.920	0,00%	-	10.920	10.388
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias						44.452	2,00%	(18.824)	25.628	27.101
Máquinas e Equipamentos						142.642	10,00%	(87.042)	55.600	59.691
Veículos						6.422	20,00%	(6.268)	154	178
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(7)	19	21	14.185	10,00%	(11.123)	3.062	3.750
Subtotal	26		(7)	19	21	309.430		(152.312)	157.118	161.382
Em curso:										
Intangíveis						1.333	-	-	1.333	834
Geração						8.253	-	-	8.253	8.368
Administração Central						21	-	-	21	21
Obrigações Especiais						(4)	-	-	(4)	(4)
Terrenos						5	-	-	5	5
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias						10.498	-	-	10.498	10.526
Máquinas e Equipamentos						24.586	-	-	24.586	26.732
Móveis e Utensílios						10	-	-	10	10
A Ratear						1.731	-	-	1.731	2.609
Subtotal	-		-	-	-	46.433	-	-	46.433	49.101
TOTAL	26		(7)	19	21	355.863		(152.312)	203.551	210.483

Os bens registrados no ativo imobilizado são de uso exclusivo da administração na execução dos serviços da concessão. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, estes são vinculados à concessão, não podendo ser alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

a. Vinculação do Imobilizado - De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, na transmissão e na distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.

a. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – As obrigações especiais (não remuneradas) representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

Notas Explicativas

- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão. Abaixo é demonstrada a composição do ativo intangível, em pleno atendimento aos preceitos da ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010
<u>CIRCULANTE</u>		
- Ativo Intangível	652.568	711.755
TOTAL	<u>652.568</u>	<u>711.755</u>

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	30/09/2011			31/12/2010		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletróbrás (a)	37.279	56.555	13.374	28.667	50.192	19.737
Bco Brasil-Lei 8727/96 (b)	24	864	3.202	32	1.335	3.576
Banco Mercantil do Brasil S/A	712	2.560	2.496	378	3.333	4.416
Banco Industrial e Comercial S/A	27.172	42.375	34.458	33.145	46.528	47.604
Banco Pine S/A	158	14.938	3.056	240	20.583	12.847
Banco do Estado de São Paulo S/A	122	667	-	563	6.667	-
Banco Máxima S/A	0	55.843	34.440	65.899	57.720	49.844
Banco BMG S/A	64	2.933	2.444	67	2.934	4.644
Banco Daycoval S/A	3.022	6.866	3.171	2.200	7.233	7.944
Banco do Brasil S/A	12	4.976	829	16	4.976	4.561
Banco Itaú S/A	1.021	3.750	-	764	5.000	2.500
Banco Rural S/A	2.663	7.500	-	2.370	10.000	5.000
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	4.802	2.409	5.788	3.558	10.980	7.352
Banco Sofisa S/A	56	7.123	13.827	63	7.394	19.101
Banco Tricury S/A	22	2.618	1.950	35	5.120	3.705
Banco Fibra S/A	-	-	-	1.793	2.500	-
Banco Indusval S/A	-	-	-	3.223	5.900	-
Intermedium S/A	1.533	4.375	729	950	4.376	4.011
Banco Prosper S/A	56.431	22.131	9.307	66.787	22.547	25.812
Banco Standard Investimento S/A	30	-	-	92	5.333	-
Banco Panamericano S/A	2.488	9.105	8.300	1.215	9.460	15.086
Banco Intercep S/A	15	2.273	-	27	2.727	1.591
CELGMED (c)	-	1.681	2.170	118	278	-
Eletra (d)	6.680	24.648	141.262	5.593	32.186	146.746
Outras Instituições	-	2.779	34.127	-	2.778	35.927
Total em Moeda Nacional	200.149	257.566	346.389	209.616	320.204	462.403

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	30/09/2011			31/12/2010		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA ESTRANGEIRA		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Credit (e)	1	32	33	-	30	43
O.E.C.F (f)	71	16.435	64.810	915	13.839	69.195
Total em Moeda Estrangeira	72	16.467	64.843	915	13.869	69.238
TOTAL GERAL	200.221	274.033	411.232	210.531	334.073	531.641

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional por indexador é a seguinte:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 30/09/2011						
INDEXADOR	Empréstimos bancários	Eletrobrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	422.263	-	-	-	-	422.263
IPCA	48.340	-	-	-	-	48.340
IGP-M	8.856	-	-	-	-	8.856
SEM INDEXADOR	4.815	-	-	-	-	4.815
UFIR	-	107.208	-	-	-	107.208
FAT	-	-	4.090	-	-	4.090
TJLP	32.091	-	-	-	-	32.091
INPC	-	-	-	3.851	172.590	176.441
Total	516.365	107.208	4.090	3.851	172.590	804.104

CONSOLIDADO - 31/12/2010						
INDEXADOR	Empréstimos bancários	Eletrobrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	595.194	-	-	-	-	595.194
IPCA	57.565	-	-	-	-	57.565
IGP-M	12.299	-	4.871	-	-	17.170
SEM INDEXADOR	4.602	-	-	-	-	4.602
UFIR	-	98.596	-	-	-	98.596
FAT	-	-	72	-	-	72
TJLP	34.103	-	-	-	-	34.103
INPC	-	-	-	396	184.525	184.921
Total	703.763	98.596	4.943	396	184.525	992.223

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda, da seguinte forma:

MOEDA	30/09/2011			31/12/2010		
	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil
EURO	2,493800	27	66	2,228000	33	74
Y	0,024070	3.378.995	81.316	0,020500	4.095.032	83.948
TOTAL			81.382			84.022

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	30/09/2011	31/12/2010
	%	%
EURO	10,0200	11,1405
Y	24,1400	8,9904

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 30/09/2011							
Ano	Empréstimos bancários Lei 8.727/93	Eletra	Celgmed	Empréstimos		Total	
				Externos	Eletrobrás		
2012	14.191	1.021	24.674	1.681	3.820	46.126	
2013	105.788	1.721	24.674	489	15.268	150.548	
2014	29.233	460	24.674	-	15.252	71.694	
2015	15.442	-	24.674	-	15.252	57.443	
2016	3.882	-	24.674	-	15.251	45.882	
2017	3.256	-	15.930	-	-	21.261	
2018	3.256	-	652	-	-	10.448	
2019	3.256	-	652	-	-	3.908	
2020	3.264	-	658	-	-	3.922	
Total	181.568	3.202	141.262	2.170	64.843	411.232	

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. **ELETROBRÁS** - Refere-se a quatro contratos de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobrás à Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no período de 2000 a 2006, no intuito de viabilizar projetos de eletrificação rural.

A distribuição dos saldos por contrato é apresentada no quadro abaixo:

	Nº PARCELAS	ENCARGOS	ATUALIZAÇÃ O	VENC. A PARTIR	R\$mil
ELETROBRÁS -017/2004	120	5,00% a.a	UFIR	30/11/2008	12.571
ELETROBRÁS - 1.966/2000	120	5,00% a.a	UFIR	30/07/2002	72.322
ELETROBRÁS - 1.968/2000	60	5,00% a.a	UFIR	30/11/2008	4.641
ELETROBRÁS - 149/2006	120	5,00% a.a	UFIR	30/11/2008	17.674
TOTAL					107.208

- b. **Banco do Brasil - Lei nº 8.727/96** - Refere-se ao saldo do contrato particular de confissão de dívida com a União, efetuado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D (Resolução nº 36/92) do Senado Federal, em que consolidou as dívidas junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Eletrobrás, Furnas e Finame. Esse contrato possui amortização mensal até 1º de março de 2014, sendo as parcelas dos três primeiros contratos de origem atualizadas com base na variação do IGP-M do mês anterior, acrescido de juros de 10,73% a.a. e, o último é atualizado pelo mesmo índice de correção do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) de 10,73% a.a.
- c. **CELGMED** - Refere-se ao saldo do instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito, junto ao Plano Básico de Assistência à Saúde da CELGMED, efetuado pela Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D. O saldo está sendo amortizado em 60 parcelas mensais a partir de 30 de janeiro de 2002, com atualização com base nas variações acumuladas do INPC-IBGE e juros 1% a.m.
- d. **ELETRA** - Refere-se ao saldo de instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos da Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D. O saldo é amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005, conforme termo aditivo, atualização com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a. Refere-se também à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- e. **CREDIT** - Trata-se de protocolo financeiro firmado entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil, cujo recurso foi utilizado para financiar equipamentos

Notas Explicativas

- (d) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Controlada Celg D e a CDSA: (1) Acordo de 6 de junho de 2006 será pago em 36 parcelas vencíveis nos dias 8, 18 e 28 de cada mês, atualizado monetariamente pelo IGP-M, mais juros de 1% ao mês; e (2) Acordo de 27 de setembro de 2006, será pago em 6 parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizado monetariamente pelo IGP-M, e juros legais de 1% ao mês ou fração.
- (e) Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado *pro rata die* pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a.

A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Controlada Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito interno do acionista majoritário, cujos parâmetros encontram-se descritos na Nota Explicativa 36 – Eventos Subseqüentes.

Os valores de pagamentos futuros, classificados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 30/09/2011		
Ano	Furnas	Total
2012	51.795	51.795
Total	51.795	51.795

NOTA 19 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010		30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS (a)	-	-	-	-	1.329.122	-	931.954	-
PARCELAMENTO DE ICMS (c)	-	-	-	-	42.326	-	40.337	27.145
INSS	4	-	7	-	3.458	-	3.299	-
PIS	-	-	-	-	4.462	-	4.061	-
COFINS	-	-	-	-	19.288	-	15.733	-
IMPOSTO DE RENDA	-	-	-	-	55	-	92	-
CONTRIBUICAO SOCIAL	-	-	-	-	32	-	36	-
IRRF	1	-	2	-	6	-	6	-
REFIS/ PAES/PAEX (b)	-	-	-	-	5.348	36.054	8.125	34.779
ISS	-	-	2	-	9.719	-	11.056	-
OUTROS	23	-	3	-	7.724	-	9.080	-
TOTAL	0	28	14	-	1.421.540	36.054	1.023.779	61.924

- (a) Refere-se a ICMS sobre as vendas de energia elétrica e diferencial de alíquota sobre as compras realizadas pela Controlada Celg D fora do Estado de Goiás e não recolhido até o encerramento do terceiro trimestre de 2011.

- (b) REFIS/PAES/PAEX

Em fevereiro de 2000, através da Medida Provisória nº 2.004/03 convertida na Lei nº 9.964/2000 em 10 de abril, o governo federal instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que em sua normatização permitiu ao contribuinte quitar os juros e as multas dos tributos em atraso utilizando créditos fiscais próprios ou de terceiros (Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social). A Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, em 3 de março de 2000, aderiu ao referido Programa, parcelando os tributos em atraso no total de R\$ 217.477 mil (valor histórico). O referido valor é composto como segue:

Notas Explicativas

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total
PIS/PASEP	16.328	4.575	12.033	32.936
COFINS	91.591	21.633	57.232	170.456
CSLL	613	123	351	1.087
INSS	10.738	1.234	1.026	12.998
TOTAL	119.270	27.565	70.642	217.477

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, com base no regulamento do REFIS, optou por quitar os juros e as multas no montante de R\$ 98.207 mil (valor histórico) com créditos de terceiros. Para tanto, adquiriu Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social de várias empresas estatais em processo de encerramento de suas atividades. A mencionada aquisição foi realizada aplicando-se um deságio de 92% sobre o montante dos créditos transferidos. Os Pedidos de Transferências dos créditos foram protocolados na Secretaria da Receita Federal - SRF sob os seguintes números:

<u>PROCESSO</u>	<u>CEDENTE</u>	<u>TIPO DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR</u>
10120.003122/00-64	CAIXEGO	Contribuição Social	40.096
10120.003120/00-39	CAIXEGO	Prejuízo Fiscal	36.970
10120.003123/00-27	BD-GOÍÁS	Prejuízo Fiscal	4.532
10120.000794/01-98	EMATER	Base Negativa Contribuição Social	2.948
10120.000794/01-98	EMATER	Prejuízo Fiscal	6.231
10120.000795/01-32	CRISA	Base Negativa Contribuição Social	1.808
10120.000795/01-32	CRISA	Prejuízo Fiscal	3.053
10120.000793/01-43	CERNE	Base Negativa Contribuição Social	944
10120.000793/01-43	CERNE	Prejuízo Fiscal	<u>1.625</u>
TOTAL			<u>98.207</u>

Até a presente data foram homologados apenas os créditos cedidos pela EMATER. Em relação aos créditos cedidos pela CAIXEGO, houve a negativa da transferência por parte da Receita Federal. Diante do exposto, a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D encaminhou recurso administrativo e não obteve êxito no processo da transferência de Prejuízo Fiscal, o que levou à contratação de advogados externos para os encaminhamentos judiciais necessários. A Controlada já obteve sentença favorável estando na fase de recurso pela União, e conforme opinião dos assessores jurídicos a possibilidade de a empresa obter êxito é provável. Em relação ao processo de transferência de Contribuição Social, houve uma sentença desfavorável da 4ª Vara - Seção Judiciária do Estado de Goiás, onde a Controlada aguarda julgamento do seu recurso.

Através da Lei nº 10.684/2003, de 30 de maio, foi editado pelo Governo Federal o REFIS II ou o Parcelamento Especial - PAES, permitindo ao contribuinte inadimplente, em relação aos tributos federais, mesmo com o parcelamento no REFIS, formalizar a desistência em relação a ele e aderir ao PAES inscrevendo novos débitos, o que foi feito pela empresa em 31 de julho de 2003.

Em 29 de junho de 2006, através da Medida Provisória nº 303, o governo federal anunciou um novo programa de recuperação fiscal - REFIS III ou Parcelamento Excepcional - PAEX, o qual permitia ao contribuinte que mantinha o parcelamento PAES e estava inadimplente com a União Federal desistir do parcelamento no PAES e aderir ao PAEX, sendo os débitos remanescentes do PAES, ou seja, os tributos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 parcelados em 130 meses, os débitos com vencimentos entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005 parcelados em 120 meses, e os débitos vencidos após 31 de dezembro de 2005 parcelados em 60 meses. Com a opção ao PAEX, a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D mantém atualmente três parcelamentos junto à União, os

Notas Explicativas

quais se encontram na fase de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil; a empresa aguarda esse posicionamento, tendo todas as pendências sanadas.

Com relação aos valores inseridos nos Programas REFIS/PAES/PAEX, ressalta-se que a eventual exclusão da pessoa jurídica do referido Programa do Governo Federal implica a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo da dívida e automática execução da garantia prestada. Com o ingresso no parcelamento especial - PAES/PAEX, a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, entre as quais se destacam:

- Autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- O acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- O cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR; e
- O pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação às quais fica excluída qualquer outra forma de pagamento.

(c) PARCELAMENTO DE ICMS

Refere-se ao Termo de Acordo de Parcelamento de Débito celebrado entre a Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 31 de março de 2008. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento no dia 25 de cada mês, e serão acrescidos juros pré-fixados de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês e atualização monetária mensal pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, conforme dispõe o CTE – Código Tributário Estadual.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Controlada Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito interno do acionista majoritário, cujos parâmetros encontram-se descritos na Nota Explicativa 36 – Eventos Subseqüentes.

Os pagamentos futuros, classificados no Passivo Não Circulante, estão assim representados:

CONSOLIDADO - 30/09/2011		
Ano	PAEX (PIS/COFINS/INSS)	Total
2012	12.130	12.130
2013	12.130	12.130
2014	11.794	11.794
Total	36.054	36.054

Notas Explicativas**NOTA 20 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	2011	Apropriação	2010	Apropriação
Imposto de Renda s/ Receitas Diferidas (a)	257.848	33.555	224.293	37.192
Contribuição Social s/ Receitas Diferidas (a)	92.826	12.081	80.745	14.667
	<u>350.674</u>	<u>45.636</u>	<u>305.038</u>	<u>51.859</u>
IR s/ Reavaliação (a)	116.488	(12.993)	129.481	(80.796)
CSSL- s/ Reavaliação (a)	41.936	(4.677)	46.613	(30.365)
	<u>158.424</u>	<u>(17.670)</u>	<u>176.094</u>	<u>(111.161)</u>
Total CSSL/IR	509.098	27.966	481.132	(59.302)
Folha de Pagamento (b)	38.143	6.965	30.413	141
TOTAL NÃO CIRCULANTE	<u>547.241</u>	<u>34.931</u>	<u>511.545</u>	<u>(59.161)</u>

- (a) Refere-se às estimativas de imposto de renda e contribuição social a pagar, incidentes sobre:
1) receitas com variação cambial credora; e 2) receitas de atualização das contas a receber do Estado de Goiás. Essas provisões são efetuadas em observância ao regime contábil de competência.
- (b) Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

NOTA 21 – TAXAS REGULAMENTARES

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	24.012	-	18.909	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR (b)	90.437	86.528	79.087	84.879
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC (b)	644.620	502.570	517.300	492.982
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	74	-	101	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (b)	542.336	162.135	434.199	158.767
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (c)	77.607	-	69.538	-
Programa de Eficiência Energética – PEE (c)	79.404	-	69.949	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa (d)	192.184	-	141.185	-
TOTAL	1.650.674	751.233	1.330.268	736.628

- (a) A Taxa de Fiscalização - Aneel foi instituída pela Lei nº 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebrado entre a Controladora Celg Distribuição S.A. - CELG D e a ELETROBRÁS, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2006. O montante foi parcelado em 115 meses, com vencimento dia 5 de cada mês; o valor da parcela é determinado pela aplicação de um percentual sobre a receita operacional líquida e o saldo devedor é atualizado com base na aplicação *pro rata temporis* da variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, e sobre ele incidem juros de 1% a.m. *pro rata die*, contados a partir de 31 de agosto de 2006;
- (c) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética - PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética;
- (d) Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia ao consumidor final ou que recolham tarifa de uso das redes elétricas a consumidores livres; para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos.

A quitação parcial das obrigações de CCC – Quota de Consumo de Combustível e com a Aneel, por parte da Controlada Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito interno do acionista majoritário, cujos parâmetros encontram-se descritos na Nota Explicativa 36 – Eventos Subseqüentes.

Os valores dos pagamentos futuros das Taxas Regulamentares, apresentados no Passivo Não Circulante, estão representados da seguinte forma:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 30/09/2011				
Ano	RGR	CCC	CDE	Total
2012	13.807	79.950	24.248	118.005
2013	13.807	79.950	24.248	118.005
2014	13.807	79.950	24.248	118.005
2015	13.807	79.950	24.248	118.005
2016	13.807	79.950	24.248	118.005
2017	13.807	79.950	24.248	118.005
2018	3.686	22.870	16.647	43.203
Total	86.528	502.570	162.135	751.233

NOTA 22 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	30/09/2011				31/12/2010				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas									
Diversos	-	B.1	-	-	-	-	-	-	-
Total Trabalhistas	-		-	-	-	-	-	-	-
Cíveis									
Ações ordinárias de cobrança	-	B.2	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores contingenciados	423	B.2	-	30	6	-	51	453	-
Total Cíveis	423		-	30	6	-	51	453	-
Total Trabalhistas + Cíveis 0	423		-	30	6	-	51	453	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	423		-	30	6	-	51	453	-

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	30/09/2011					31/12/2010			
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos		No Exercício		Provisão	Depósitos
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas									
Diversos	2.733	B.1	8.465	24.876	8.145	5.552	7.508	19.144	9.174
Total Trabalhistas	2.733		8.465	24.876	8.145	5.552	7.508	19.144	9.174
Cíveis									
Outros valores contingenciados	3.589	B.2	12.963	66.372	6.487	13.727	15.336	56.998	6.670
Total Cíveis	3.589		12.963	66.372	6.487	13.727	15.336	56.998	6.670
Total Trabalhistas + Cíveis 0	6.322		21.428	91.248	14.632	19.279	22.844	76.142	15.844
Fiscais									
Notificações Fiscais - INSS	1.084	B.3	-	1.516	-	-	-	2.600	-
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	7.102	B.3	-	194.675	23.818	660	8.999	201.777	23.818
Autos de Infração-SEFAZ-GO	-	B.3	8.329	43.892	-	6.928	42.491	35.563	-
Autos de Infração-AGR/ANEEL	-	B.3	-	73.930	-	-	10.118	73.930	-
Outros valores contingenciados	-	B.3	-	4.809	-	909	207	4.809	-
Total Fiscais	8.186		8.329	318.822	23.818	8.497	61.815	318.679	23.818
TOTAL - NAO CIRCULANTE	14.508		29.757	410.070	38.450	27.776	84.659	394.821	39.662

- A Controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.
- Os critérios e a divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Notas Explicativas

a. Contingências Passivas

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, ao final do terceiro trimestre de 2011, responde por aproximadamente 4.027 (quatro mil e vinte e sete) processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, interpostos contra a Companhia. Nesse sentido, todas as causas foram avaliadas individualmente pela área Jurídica de forma conservadora, e os valores estimados de prováveis perdas foram provisionados com base em valores julgados suficientes para a cobertura das contingências.

Destes 4.027 processos, 686 foram classificados como possibilidade de perda remota; 2.360 com possibilidade de perda possível e 981 com possibilidade de perda provável. Os processos com possibilidade de perda provável foram 100% provisionados e os processos com possibilidade de perda possível e remota não foram provisionados.

b. Principais variações das Contingências Passivas com probabilidade de perda provável

b.1 Provisão das Contingências Trabalhistas:

As principais causas trabalhistas referem-se às reivindicações de ex-funcionários, funcionários de empresas terceirizadas e sindicato para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparações salariais, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, diferenças de horas de sobreaviso/prontidão e outras reivindicações).

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT responde por processo judicial de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$150 mil.

b.2 Provisão das Contingências Cíveis:

Os valores decorrentes de processos cíveis na esfera judicial e/ou administrativa são relativos a ações ordinárias de cobrança, com possibilidade provável de perda.

b.3 Provisão das Contingências Fiscais:

Na Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, as variações ocorridas nessa rubrica resumem-se nas seguintes assertivas:

- Aumento de R\$ 8.329 mil, referente ao provisionamento de Autos de Infração da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás;

c. Contingências Passivas com possibilidade de perda possível ou remota

Notas Explicativas

A Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e maio de 2007, referentes à exclusão da COFINS da base de cálculo do ICMS, no valor de R\$ 210.535 mil;
- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e maio de 2007, referente à exclusão do PIS/PASEP da base de cálculo do ICMS, no valor de R\$ 54.277 mil;
- Ação Civil Pública com pedido de liminar, visando à obtenção da declaração de nulidade das Portarias nº 38/86 e nº 45/86, movida pela ASSOBRÁEE - Associação Brasileira de Consumidores de Águas e Energia Elétrica - no valor de R\$ 40.000 mil;
- Auto de Infração da Prefeitura Municipal de Formosa, referente ao ISSQN, no valor de R\$ 10.155 mil;
- Ação de cobrança com pedido antecipado de tutela, movida pelo município de Goianésia, no valor de R\$ 5.000 mil;
- Ação coletiva para a cominação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais individuais homogêneos com pedido de antecipação de tutela, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, no valor de R\$ 6.000 mil;

Adicionalmente às questões acima, a Controlada está envolvida, seja como autora, seja como ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração e o corpo jurídico da empresa acreditam que possuem defesas adequadas para esses litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a essas questões que possam refletir negativamente na posição financeira e no resultado operacional da empresa.

d. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

e. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

Notas Explicativas**NOTA 23 - CREDORES DIVERSOS**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Ressarcimento ICMS - Sistema Isolado				
Contribuição da Patrocinadora e Permuta -Eletra	77	-	77	-
Rentabilidade de Obras executadas p/consumidores (a)	19.075	-	24.504	-
Devolução de Contas de Energia Elétrica (b)	10.645	-	10.705	-
Outros	6.050	-	6.696	-
TOTAL	35.847	-	41.982	-

- a- Refere-se a valores a devolver a consumidores que executaram obras de seu interesse, as quais não se enquadram nos termos dos incisos I e III do art. 14 da Lei nº 10.438 de 28 de abril de 2002. Os referidos valores foram calculados conforme estabelecido na Resolução Normativa expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel nº 250, de 13 de fevereiro de 2007;
- b- Refere-se a pagamentos indevidos realizados por consumidores e as multas de indicadores de continuidade.

NOTA 24 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/09/2011		31/12/2010		30/09/2011		31/12/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Secretaria de Estado da Fazenda	-	-	-	-	2.780	-	2.750	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg (a)	-	-	-	-	5.050	-	10.830	-
Contribuição Iluminação Pública (b)	-	-	-	-	80.720	-	77.075	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	-	-	-	-	4.393	-	4.265	-
Outros	21	-	1	-	12.390	8.786	11.313	8.777
TOTAL	21	-	1	-	105.333	8.786	106.233	8.777

(a) Refere-se a convênio assinado entre a Controlada Celg D, Prefeituras Municipais, Governo do Estado de Goiás e Banco Itaú para a realização de encontro de contas entre a controlada e os municípios, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica e os recursos provenientes dos depósitos pelo Estado de Goiás referentes aos valores do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

(b) Trata-se de convênios firmados entre a Controlada Celg D e as prefeituras municipais, tendo como objeto a operacionalização da cobrança em nome e por conta dos municípios dos serviços de faturamento e arrecadação da Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL

Notas Explicativas

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/09/2011	NO PERÍODO	31/12/2010
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(1.605.424)	-	(1.605.424)
(+/-) Resultado do Período	(440.948)	(440.948)	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.072.608)		(631.660)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.545	7.270	3.275
Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados ao Aumento de Capital	(1.062.063)	(433.678)	(628.385)

As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal.

COMPOSIÇÃO EM:	CONSOLIDADO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/09/2011	NO PERÍODO	31/12/2010
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(1.571.125)	34.299	(1.605.424)
(+/-) Resultado do Período	(440.948)	(440.948)	-
Outros Resultados Abrangentes	(34.299)	(34.299)	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.072.608)		(631.660)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	10.545	7.270	3.275
Participação de Acionistas Não Controladores	34.450	-	34.450
Total do Patrimônio Líquido e Recursos Destinados ao Aumento de Capital	(1.027.613)	(433.678)	(593.935)

NOTA 26 – RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010
		REAPRESENTADO
Receita de Fornecimento de Energia (26.1)	2.594.515	2.482.725
Suprimento (26.1)	22.714	20.903
Receita de Construção (26.2)	102.004	135.469
Outras Receitas (26.3)	98.414	71.527
(-) Deduções da Receita (26.4)	(1.172.632)	(1.067.649)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.645.015	1.642.975

26.1 A composição da receita de fornecimento de energia e suprimento de curto prazo, por classe, é a seguinte:

Notas Explicativas

CLASSES	CONSOLIDADO					
	Nº DE CONSUMIDORES		MWH		R\$mil	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Residencial	1.971.099	1.880.862	2.563.516	2.422.210	1.091.604	1.052.344
Industrial	10.815	10.784	1.523.388	1.483.141	488.937	471.352
Com.Serv.Outras Ativ.	216.402	214.347	1.467.008	1.367.070	572.750	552.151
Rural	166.207	163.139	888.515	884.263	178.008	171.606
Poderes Públicos	16.232	15.734	266.683	256.829	96.179	92.720
Iluminação Pública	617	571	382.420	374.863	89.821	86.590
Serviço Público	2.007	1.948	253.054	247.870	67.397	64.975
Consumo Próprio	286	304	5.226	5.326	-	-
	<u>2.383.665</u>	<u>2.287.689</u>	<u>7.349.810</u>	<u>7.041.572</u>	<u>2.584.696</u>	<u>2.491.738</u>
Fornecimento não faturado (liq.)	-	-	-	-	9.819	(9.013)
Total Fornecimento	<u>2.383.665</u>	<u>2.287.689</u>	<u>7.349.810</u>	<u>7.041.572</u>	<u>2.594.515</u>	<u>2.482.725</u>
Suprimento	2	2	171.830	170.803	22.714	20.903
TOTAL GERAL	<u>2.383.667</u>	<u>2.287.691</u>	<u>7.521.640</u>	<u>7.212.375</u>	<u>2.617.229</u>	<u>2.503.628</u>

26.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pelas controladas Celg D e Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 102.004 mil e R\$ 135.469 mil respectivamente.

26.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/09/2011	30/09/2010
		REAPRESENTADO
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02 (a)	27.605	-
Serviços Taxados	25.119	28.835
Arrendamentos e Alugueis	17.141	17.682
Renda de Prestação de Serviços	1.154	1.134
Serviços de Operação e Manutenção (b)	17.590	16.214
Financeira da Concessão (c)	9.155	7.637
Outras (inclui CCEE)	650	25
TOTAL	<u>98.414</u>	<u>71.527</u>

(a) Nos exercícios anteriores ao de 2010, a controlada Celg D registrava a receita de subvenção da classe de consumidores de baixa renda na rubrica receita de fornecimento. Em 2010, a referida subvenção passou a ser registrada na rubrica de outras receitas;

(b) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(c) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo dos ativos financeiros recebíveis da concessão de transmissão de energia elétrica.

26.4 Deduções da Receita:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2011	30/09/2010
		REAPRESENTADO
ICMS	(715.168)	(658.502)
PIS	(45.129)	(42.608)
COFINS	(207.869)	(196.254)
ISS	(420)	(434)
Quota para reserva global de reversão	(8.790)	(12.273)
Programa de eficiência energética	(6.381)	(7.271)
Quota de consumo de combustível	(102.308)	(70.400)
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	(6.755)	(7.598)
Conta de desenvolvimento energético	(78.687)	(71.130)
Outros encargos	(1.125)	(1.179)
TOTAL	(1.172.632)	(1.067.649)

NOTA 27 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia comprada para revenda é a seguinte:

FORNECEDOR	CONSOLIDADO			
	30/09/2011		30/09/2010	
	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil
				REAPRESENTADO
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	8.612.369	798.020	8.063.939	729.855
Programa Incentivo às Fontes de Energia Alternativas-PROINFA	173.670	30.601	174.794	31.331
Créditos - LEI 10.833	-	(77.910)	-	(70.958)
	8.786.039	750.711	8.238.733	690.228
Comercialização no âmbito CCEE	46.720	46.852	68.984	40.092
TOTAL DE ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	8.832.759	797.563	8.307.717	730.320

A diferença entre os montantes da energia comprada (Nota Explicativa nº 29) e de energia vendida (Nota Explicativa nº 26) corresponde às perdas globais da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, inclusive as perdas na rede básica.

NOTA 28 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Trimestre possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Pessoal e Administradores	286	797	286	797
Entidade de Previdência Privada	6	34	6	34
Material	3	1	3	1
Serviços de Terceiros	953	676	953	676
Depreciação e Amortização	2	2	2	2
Provisão para Contingência	0	(374)	(374)	39
Tributos	74	76	74	76
Outras	35	18	35	18
TOTAL	985	1.643	985	1.643

Notas Explicativas

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO							
	CUSTO DO SERVIÇO				DESPESAS			
	ENERGIA ELÉTRICA		OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Energia Elétrica Comprada para Revenda	797.563	730.320	370	166	-	-	797.933	730.486
Encargos Uso Sist. Transmissão Distribuição	131.743	116.611	-	-	-	-	131.743	116.611
Pessoal e Administradores	-	-	110.384	110.975	121.767	113.943	232.151	224.918
Entidade de Previdência Privada	-	-	2.954	3.666	4.750	4.139	7.704	7.805
Material	-	-	2.553	3.010	2.924	2.378	5.477	5.388
Serviços de Terceiros	-	-	204.930	194.730	46.623	61.220	251.553	255.950
Depreciação e Amortização	-	-	85.793	125.296	7.879	7.213	93.672	132.509
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	27.270	5.422	-	-	27.270	5.422
Provisão para Contingência	0	-	-	-	25.011	72.643	25.011	72.643
Taxa Fiscalização	-	-	3.916	2.630	-	-	3.916	2.630
Tributos	-	-	2.913	436	185	4.239	3.098	4.675
Recuperação de Despesas	-	-	(4.086)	(5.099)	(4.376)	(2.506)	(8.462)	(7.605)
Custos de Construção	-	-	102.004	135.469	-	6.126	102.004	141.595
Utilização do Bem Público	-	-	182	169	-	-	182	169
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	-	-	428	312	-	-	428	312
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	265	-	-	-	265	-
Outras	-	-	10.926	7.304	10.258	334	21.184	7.638
TOTAL	929.306	846.931	550.802	584.486	215.021	269.729	1.695.129	1.701.146

NOTA 29 – SEGUROS

A Companhia e suas Controladas, em 30 de setembro de 2011, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações.

NOTA 30 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir no trimestre findo em 30 de setembro de 2011, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de suas Controladas observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No terceiro trimestre de 2011, a maior e a menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de setembro, foram R\$ 26 mil e R\$ 1,6 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria, a maior e menor remuneração correspondem a R\$ 26 mil e R\$ 23 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora.

Remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria relativos ao terceiro trimestre de 2011:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	4	3	16
Remuneração Fixa do Período	158	70	-	228
Salário ou pró-labore	158	70	-	228
Valor Total da Remuneração, por órgão	158	70	-	228

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela controlada Celg Distribuição - Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria relativos ao terceiro trimestre de 2011:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	4	3
Valor da maior remuneração individual	2	2	-
Valor da menor remuneração individual	2	2	-
Valor médio da remuneração individual	2	2	-

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela controlada Celg Distribuição - Celg D, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 32 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2011 - 30/09/2011	01/01/2010 - 30/09/2010	01/01/2011 - 30/09/2011	01/01/2010 - 30/09/2010
Receitas				REAPRESENTADO
Variações Cambiais	-	-	73.069	102.067
Variações Monetárias	-	-	13.558	22.217
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	5.862	66.139
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	260.705	103.380
Rendas	4	-	40.758	44.459
Outras	-	-	41.393	10.398
Total das Receitas	4	-	435.345	348.660
Despesas				
Variações Cambiais	-	-	208.015	88.751
Variações Monetárias	66	332	86.190	56.925
Encargos de Dívidas	26	466	261.964	243.546
Encargos s/ Empréstimos Bancários - Circulante	-	-	116.301	106.788
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	0	-	57.670	221.496
Encargo s/ Dívida Furnas - Não Circulante	-	-	11.547	28.394
Outras	-	5	68.125	12.143
Total das Despesas	92	803	809.812	758.043
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(88)	(803)	(374.467)	(409.383)

NOTA 33 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do trimestre atribuível aos acionistas controladores da Companhia e na respectiva quantidade média

Notas Explicativas

de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o terceiro trimestre de 2010 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	30/09/2011	30/09/2010
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		REAPRESENTADO
Ações Ordinárias	(440.948)	(480.000)
Total	(440.948)	(480.000)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.780
Total	32.774	32.780
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(13,4542)	(14,64308)

NOTA 34 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: (a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); (b) Contas a receber (sujeitas à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e (c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (*swap*) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 *Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Controlada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 *Risco de taxa de juros:*

Notas Explicativas

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento; possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Controlada analisa continuamente as situações em aberto e, nesse sentido, renegociou os valores devidos pelo Estado de Goiás, conforme Nota Explicativa nº 12 com parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Controlada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou na redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e da quantidade de chuva já registrada no exercício de 2010 e no terceiro trimestre de 2011, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, com relação aos valores inseridos no Programa PAEX, a eventual exclusão da Controlada desse Programa implica a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, o recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Controlada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse Programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Controlada mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e as taxas em relação ao praticado no mercado.

Notas Explicativas

NOTA 35 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com as Controladas Celg Distribuição S.A. - Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Passivo Circulante				
Celg Geração e Transmissão - Celg GT (1)	1.006	5.914	-	-
Celg Distribuição S.A.-Celg D (2)	661	661	-	-
Energética Corumbá III (3)	-	-	3.567	2.586
TOTAL:	1.667	6.575	3.567	2.586

(1) Contrato de mútuo nº 002/2007 celebrado entre a Celg G&T e a Celgpar em 26 de setembro de 2007, renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008;

(2) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Refere-se à participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas à Energética Corumbá III controlada em conjunto pela Controlada Celg GT.

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Acerto de Contas Estado/Controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D e plano de reestruturação financeira

Com o objetivo de assegurar as premissas estabelecidas no Plano de Ações encaminhado à Aneel em 15 de setembro de 2011, com vistas à recuperação econômico-financeira da Controlada CELG D, estabeleceu-se o equacionamento dos créditos da Controlada junto ao Governo do Estado de Goiás através de operação de crédito interno, cujas etapas encontram-se em andamento, obtida pelo acionista majoritário junto à Caixa Econômica Federal – CEF.

Desta forma, em 14 de dezembro de 2011, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da CELGPAR e a Controlada CELG D, no qual constam as seguintes premissas: a) recuperação econômico-financeira da controlada CELG D, com a respectiva viabilidade da liberação do reajuste tarifário e utilização dos créditos da controlada referente à subvenção econômica de Baixa Renda e do Programa Luz para Todos (PLPT), previstos no respectivo demonstrativo de usos e fontes; b) adoção de um modelo de gestão adequado aos padrões estabelecidos pelo poder concedente; e c) aporte de recursos pelo Estado, sob a forma de aumento de capital, bem como de recursos para o pagamento das obrigações do Estado com a controlada CELG D.

As ações indicadas nesse protocolo de intenções convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal - CEF, referente a uma operação financeira de 3,527 bilhões, dividida em três tranches – conforme quadro de usos e fontes, sendo a primeira ocorrida em dezembro/2011, e as demais tranches previstas para 2012 e 2013.

A primeira tranche deste empréstimo, no valor de 1,7 bilhões, ocorreu no dia 29 de dezembro de 2011, sendo a divisão dos usos e fontes evidenciada abaixo:

- 0,1 bilhão ingressaram na controlada CELG D mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela Celgpar;

Notas Explicativas

- Os 1,6 bilhões remanescentes ingressaram diretamente na controlada CELG D, com o pagamento parcial efetuado pelo Estado de Goiás, referente aos créditos dessa controlada com o seu acionista majoritário. Esses recursos foram aplicados pela CELG D na liquidação de obrigações tributárias com o Estado de Goiás (ICMS no valor de 0,4 bilhões); na liquidação de dívidas intrassetoriais com o sistema Eletrobrás (CCC no valor de 0,8 bilhões); no pagamento das obrigações de suprimento de Itaipu (0,3 bilhões) e Cachoeira Dourada (0,1 bilhão) e de obrigações para com a Aneel (0,1 bilhão).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
GOIÂNIA - GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7(a), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com base no relatório de fiscalização da Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), lavrou termo de notificação à controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D em razão da não conformidade dos valores homologados anteriormente por aquele órgão regulador, em virtude da subvenção econômica (baixa renda), correspondente ao período de maio de 2002 a dezembro de 2005, no valor de R\$ 36.390 mil (valores históricos). No entanto, a AGR manifestou que reverá tal posicionamento. Essa revisão será efetuada levando-se em consideração a anulação do art. 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, e a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 36 (Eventos Subsequentes) a realização da subvenção econômica de Baixa Renda classificada no Ativo Não Circulante, no valor de R\$ 326.985 mil, está prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da CELGP e Controlada CELG D, de modo que os créditos desta controlada serão utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobrás. Desta forma, no volume de recursos

captados pelo Estado de Goiás (Notas Explicativas nºs 10 e 36), os créditos desta subvenção econômica já foram deduzidos do total efetivamente pactuado nesta captação, ou seja, foram considerados liquidados na efetivação da operação. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10(b), em 30 de setembro de 2011, a controlada direta CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém consignados como contas a receber, no ativo não circulante, créditos com o acionista controlador indireto Governo do Estado de Goiás, no montante de R\$ 2.185.647 mil, correspondente a diversas dívidas consolidadas no 4º termo aditivo do encontro de contas entre as partes, celebrado em 30 de novembro de 2006, o qual foi aprovado pelo órgão regulador. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 36 (Eventos Subsequentes) as ações indicadas no Protocolo de Intenções, assinado em 14 de dezembro de 2011, entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da CELGPAR e a Controlada CELG D, convergiram para a assinatura do contrato de empréstimo entre o Estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal - CEF, referente a uma operação financeira de R\$ 3,527 bilhões, dividida em três tranches, a primeira tranche deste empréstimo, no valor de R\$ 1,7 bilhões, ocorreu no dia 29 de dezembro de 2011, desse valor R\$ 1,6 bilhões ingressaram diretamente na controlada CELG D, com o pagamento parcial efetuado pelo Estado de Goiás, referente aos créditos dessa controlada com o seu acionista majoritário. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 18(b) e nº 21(b), em 30 de setembro de 2011, a Companhia CELG de Participações - CELGPAR possui registrado no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$ 2.028.626 mil, do qual R\$ 2.027.107 mil estão representados pela controlada direta CELG DISTRIBUIÇÃO S.A., principalmente, a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos e entendimento contido em súmula específica expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), atualiza essa dívida por meio da metodologia de juros simples. Todavia, a metodologia usual para o cálculo de atualização de empréstimos praticada por instituições financeiras é o método de juros compostos, a qual está sendo utilizada pela contraparte. Visando a minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Controlada formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás e não obteve resposta até a presente data. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19(b), a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D mantém registrado no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 41.402 mil, representado por débitos incluídos no Parcelamento Excepcional PAEX, anteriormente denominado Programa de Recuperação Fiscal Refis.

A Administração da controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos, reforçada pela opinião legal de consultores especializados, está questionando judicialmente a Secretaria da Receita Federal quanto à legitimidade dessa compensação. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à exigibilidade da exclusão dos créditos supracitados na consolidação da dívida no PAEX, pelo fato de a Administração da controlada direta e de seus assessores jurídicos entenderem que terão êxito provável. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 22(c), que demonstra que, em julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D, em razão de alegar insuficiência das contribuições para o PIS e para a COFINS geradas em função da exclusão da parcela do ICMS sobre o faturamento das contas de consumo de energia, referente à realização da própria operação, correspondente ao período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Em 26 de março de 2007, foi concluída nova fiscalização da Secretaria da Receita Federal, estendendo o período de análise até setembro de 2005, o que resultou em outros autos de infração, perfazendo o total de R\$ 264.812 mil (valores históricos, já acrescidos de juros de mora e multa até a data da fiscalização). Em função da descrição dos fatos e enquadramentos legais citados nos referidos autos já ser conhecida, a Administração da controlada direta, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos internos e reforçada pela opinião legal de especialista, entende como remota a probabilidade de perda dessa demanda judicial. Em 5 de março de 2010, a controlada direta obteve sentença favorável pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), suscetível a recurso somente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função do posicionamento favorável dos consultores jurídicos da controlada direta e atual sentença favorável, a Administração da controlada direta optou por não consignar nenhuma provisão nas demonstrações intermediárias em 30 de setembro de 2011, por considerar remota a possibilidade de perda. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

As demonstrações intermediárias da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, depende da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 1.062.063 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

A controlada direta CELG Distribuição S.A. - CELG D tem sofrido contínuos prejuízos, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). No entanto, conforme descrito na Nota Explicativa nº 36 a CELG D encaminhou à Aneel em 15 de setembro de 2011 um Plano de Ações, com vistas à recuperação econômico-financeira da Controlada CELG D, estabeleceu-se o equacionamento dos créditos da Controlada junto ao Governo do Estado de Goiás através de operação de crédito interno, cujas etapas encontram-se em andamento, obtida pelo acionista majoritário junto à Caixa Econômica Federal – CEF. Desta forma, em 14 de dezembro de 2011, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Estado de Goiás e Eletrobrás, com interveniência da CELGPAR e a Controlada CELG D, no qual constam as seguintes premissas: a) recuperação econômico-financeira da controlada CELG D, com a respectiva viabilidade da liberação do reajuste tarifário e utilização dos créditos da controlada referente à subvenção econômica de Baixa Renda e do Programa Luz para Todos (PLPT), previstos no respectivo demonstrativo de usos e fontes; b) adoção de um modelo de gestão adequado aos padrões estabelecidos pelo poder concedente; e c) aporte de recursos pelo Estado, sob a forma de aumento de capital, bem como de recursos para o pagamento das obrigações do Estado com a controlada CELG D. Nossa conclusão não

contém ressalva relacionada a esse assunto.

As demonstrações intermediárias da controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT vêm apresentando prejuízos contínuos e deficiência no seu capital de giro e fluxos de caixa. A Administração da controlada direta, visando ao reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Informações Intermediárias da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2011, com ressalvas por limitação de escopo que conforme descrito nas notas explicativas nº 18 'b' e nº 21 'b', em 31 de dezembro de 2010, a Companhia Celg de Participações - Celgpar possui registrado no passivo circulante e não circulante o montante total de R\$1.802.240 mil, dos quais R\$1.800.705 mil estão representados pela controlada direta Celg Distribuição S.A., principalmente, a diversos termos de confissão e repactuação de dívidas com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A controlada direta, amparada pelos seus assessores jurídicos e entendimento contido em súmula específica expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), atualiza essa dívida por meio da metodologia de juros simples. Todavia, a metodologia usual para cálculo de atualização de empréstimos praticada por instituições financeiras é o método de juros compostos, a qual está sendo utilizada pela contraparte. A confirmação direta do saldo de 31 de dezembro de 2010 encaminhada pela Eletrobrás apresenta uma divergência a maior, não conciliada, em relação aos registros contábeis da controlada direta em aproximadamente R\$175.537 mil. A Administração da controlada direta formalizou o seu posicionamento à Eletrobrás, permanecendo no aguardo de sua manifestação. Como consequência, não foi possível, nem por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir nesse momento sobre a adequação do respectivo saldo e os efeitos da atualização monetária no resultado do exercício, bem como os reflexos tributários advindos dessa transação naquela data; e de que conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia CELG de Participações, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 98.916 mil, dos quais R\$ 98.666 mil estão representados pela controlada direta CELG Distribuição S.A. Entretanto, os exames evidenciaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento, nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dessa provisão. Consequentemente, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos representativos do "Contas a receber", em 31 de dezembro de 2010, registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 671.569 mil e R\$ 307.253 mil, respectivamente, tampouco quanto ao montante de R\$ 55.755 mil registrado no resultado do exercício, bem como os reflexos tributários advindos dessa transação naquela data, e ênfases similares aos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfases acima. Os valores correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2010 informados como "reapresentados" para fins de comparação não foram auditados por nós, nem por outros auditores independentes. As informações trimestrais de 30 de setembro de 2010, originalmente apresentadas, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão dos auditores independentes datado de 03 de dezembro de 2010, com ressalva similar a apresentada acima e de que conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 22, a controlada direta mantém registrados em 30 de setembro de 2010, no ativo e passivo não circulante, os montantes de R\$ 833.368 mil e R\$ 446.044 mil, respectivamente, relativos aos ajustes dos diversos itens da Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" (CVA), correspondentes aos ciclos tarifários do período compreendido entre 2007 e 2010.

Em 08 de setembro de 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) editou a Resolução Homologatória nº 1.056, divulgando o resultado provisório e questionando a metodologia adotada pela CELG D na definição do índice de reajuste tarifário anual. Adicionalmente, em 21 de setembro de 2010, a Companhia, por meio da Carta PR-1387/10, datada de 10 de agosto de 2010, impetrou manifesto junto à ANEEL pleiteando a forma de apuração e o tratamento dos componentes financeiros utilizados na última revisão tarifária. Como consequência, não foi possível, nem por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação dos valores representativos dos ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" (CVA) e seus efeitos no resultado do período e passivo a descoberto da controlada direta naquela data, e ênfases similares acima.

Goiânia, 13 de março de 2012.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC RS 3717 S GO
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 1109 S GO
CNAI Nº 43
Responsável Técnico